

CONSTITUINTE

Sant'Anna negocia acordo para Ulysses ser o primeiro-ministro

por Cecília Pires
de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão dos Poderes e Sistema de Governo, definiram, no final da tarde de sexta-feira, uma fórmula constitucional para o acordo que pode dar ao presidente Sarney o prazo de cinco anos de mandato e ao deputado Ulysses Guimarães, a partir de janeiro do ano que vem, o cargo de primeiro-ministro. Essa negociação tem como ponto de partida proposta de sistema parlamentarista apresentada pelo senador José Fogaça no relatório da Subcomissão do Poder Executivo.

Os dois parlamentares não entraram em acordo, ainda, acerca da principal questão, que é a quem compete a chefia do governo e a chefia do Estado. Na fórmula de Sant'Anna, que negocia em nome do governo, "o primeiro-ministro tem de ser o chefe da administração federal e o presidente, o chefe do Estado e do governo. O Poder Executivo será comandado pelo presidente da República



Carlos Sant'Anna

com sua autoridade exercida através de um ministro e do conselho de ministros".

De acordo com Sant'Anna, "o deputado Egidio Ferreira Lima acha que podemos chegar a um entendimento, com outras reuniões, com uma ampliação do grupo, até porque ele finalmente entendeu que um presidente com 40 milhões de votos derruba o Parlamento e acaba com o parlamentarismo. Não vamos querer repetir Jango". Por outro lado, de acordo com o parlamentar, "o presidente Sarney também

compreende que não pode mais prevalecer o presidencialismo nos moldes atuais, monárquico e imperial, não só porque esgota fisicamente o presidente como desgasta sua imagem, que tem de ser preservada para a manutenção da estabilidade".

De acordo com a fórmula pregada por Sant'Anna, delegar a chefia do governo e a chefia do Estado ao presidente significa encontrar um sistema de governo neoparlamentarista com fortalecimento do presidente. Para convencer o deputado Egidio Ferreira Lima de que o problema não é fortalecer Sarney e sim a figura do presidente, Sant'Anna argumentou que Sarney só teria de indicar um primeiro-ministro a partir de março do ano que vem e, como político habilidoso, escolheria alguém capaz de armar uma forte base parlamentar para enfrentar as eleições municipais.

"Em 1989, temos eleições para presidente; ou seja, mesmo com um sistema parlamentarista, o presidente Sarney continuará com forte dose presidencialista até 1990, quando assume o novo presidente. E de

que maneira implantar um parlamentarismo puro com um presidente que vai tomar posse sob o peso de 40 milhões de votos?", indagou o parlamentar.

De acordo com Sant'Anna, a fórmula encontrada por ele e Egidio terá agora de ser viabilizada dentro de um amplo entendimento. "Estamos em busca de um sistema de governo que garanta estabilidade no futuro, especialmente depois das eleições presidenciais. Este trabalho só será possível a partir de um pacto entre as diversas correntes na Constituinte. Ora, se estão chamando isto de pacto do diabo, não está correto. Por que chamá-lo de pacto do diabo, se ele é tão bom?", brincou Sant'Anna.

O líder do governo ainda analisou as divisões dentro do PMDB e pregou que o senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte, assumia, com Ulysses Guimarães, o entendimento entre todas as correntes hoje existentes. "O senador Mário Covas tem que se decidir, como líder do PMDB na Constituinte. O papel fundamental dele é a negociação entre todos os setores do partido", concluiu.

Cabral entrega nesta segunda o esboço do texto

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Nesta segunda-feira, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, recebem do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o primeiro esboço do projeto integral da nova Carta.

O texto, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator auxiliar de Cabral na Comissão de Sistematização, será uma mera compatibilização dos anteprojetos aprovados nas comissões temáticas. Até chegar ao plenário da Constituinte para ser discutido e emendado, no dia 18 de julho, o projeto não deverá mudar nada do que foi aprovado nas comissões, exceto para sistematizar tecnicamente as propostas.

A fase mais decisiva e mais importante da Constituinte, segundo Jobim, começará exatamente quando o projeto for encaminhado ao plenário. Do dia 18 de julho até o período entre 20 e 25 de setembro, quando a Comissão de Sistematização entregará o substitutivo incorporando as emendas recebidas no plenário, haverá um espaço de 65 dias para a grande negociação da Constituinte.

Tudo dependerá do sucesso da negociação, acredita Jobim. O substitutivo a ser apresentado em setembro sintetizará um enorme conjunto de opções surgidas na fase de discussão e de apresentação de emendas. Como característica fundamental, precisará ter viabilidade de plenário e conseguir a maioria de votos para sua aprovação.

O trabalho a ser apresentado nesta segunda-feira a Covas e Ulysses será basicamente um esboço, uma descrição da estrutura do projeto. A compatibilização efetiva das propostas aprovadas nas comissões, incluindo o projeto da Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia, que Bernardo Cabral redigirá, estará concluída na próxima sexta-feira.

Mandato divide opinião no STF

por Eliana Simonetti
de Brasília

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, não pretende enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF), no momento, as representações que lhe foram solicitadas por políticos no sentido da definição do mandato do presidente José Sarney. Ele disse na sexta-feira que "a questão política está

posta e levar a questão do mandato ao Judiciário, no momento, só tumultuaria".

São duas as representações neste sentido que já chegaram à Procuradoria Geral da República. Uma diz respeito à Constituinte: o que se pretende é que o STF defina os limites dos poderes da Assembleia Constituinte. A outra, mais direta, quer que os ministros do STF afirmem se o presidente Sarney tem direito adquirido por ter tomado posse sob as regras da Constituição atual, mesmo depois da aprovação do novo texto constitucional em elaboração.

Consultados por este jornal, os ministros da Suprema Corte foram unânimes em afirmar que é tradicio-

nal a disposição daquele tribunal em não intervir em questões políticas. Apesar disso, no entanto, cada um deles tem uma opinião sobre o mandato do presidente Sarney, e não há unanimidade neste ponto. Para alguns deles, a tese de que Sarney teria direito a permanecer no cargo por seis anos "tem bom fundamento jurídico" e, caso a Presidência fique vaga antes do tempo previsto, deverão ser realizadas eleições em um prazo de trinta dias.

Outro grupo de ministros parte do princípio de que a Constituinte é soberana e que, alterando o período de mandato presidencial no texto constitucional, isso atinge também o presidente Sarney. O fundamento desta tese é de que não

existe direito adquirido contra a Constituição e, portanto, no momento em que o novo texto for promulgado, suas regras entrarão em vigor imediatamente, atingindo a todos, indiscriminadamente.

Pertence não quis dar sua opinião sobre a questão, e afirmou que o STF decidirá o problema no momento oportuno, se for necessário. Como, no entanto, as comissões da Assembleia Constituinte que discutiram mandato votaram favoravelmente a cinco anos, como é do interesse do presidente Sarney, apesar de esta ser uma questão que ainda provoca polêmica entre os políticos e próprio procurador entende que não será necessário levar o caso à Justiça.

O "lobby" da Sudene para obter recursos

por Carlos Lovizoro
de Salvador

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) montou um esquema especial de "lobby" com doze assessores em tempo integral para conseguir que a Assembleia Nacional Constituinte determine um limite de aplicação na região nordestina de um mínimo de 20% do orçamento da União e suas estatais.

A ação do "lobby" da Sudene junto aos parlamentares, segundo análise do superintendente do órgão, Dorany Sampaio, tem sido vitoriosa até o momento, pois a reivindicação foi incluída no relatório aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. "Pleitear 20% para o Nordeste não parece absurdo, quando se sabe que a região, com 30% da população brasileira, absorve apenas 13% das despesas nacionais da administração centralizada e descentralizada, enquanto a região Sudeste, com 47% dos brasileiros, recebe 58% desses dispêndios", justificou. O superintendente da Sudene pretende, dessa forma, que a União altere a priorização da distribuição dos seus recursos. "Até agora tem predominado a

lógica da concentração econômica. Mas nós estamos pleiteando que se adote uma visão política para descentralizar a distribuição dos recursos, pois, o Nordeste se encontra num grau de desenvolvimento diferente do restante do País", diz.

Para aumentar a disponibilidade de recursos para o Nordeste, Sampaio pretende usar ainda armas mais poderosas que o "lobby". "Vamos elaborar um autêntico plano regional para o triênio 1988/1990, que não seja apenas a versão administrativa interpretada pela secretaria executiva da Sudene, mas sim a versão política decidida pelas legítimas lideranças do Nordeste", afirma.

Com mais recursos da União, a Sudene estima que a participação do Nordeste na formação do Produto Interno Bruto suba dos atuais 14% para 17% nos próximos três anos, proporcionando a criação de 420 mil novos empregos a cada ano, cerca de 30% da estimada meta nacional, e permitindo que 5 milhões de pessoas subempregadas ampliem seus ganhos para um salário mínimo no triênio. "Para tanto, a economia nordestina deverá crescer dois pontos percentuais acima da taxa calculada para a economia nacional", estima.

O plano trienal deverá priorizar os investimentos nas áreas rural e urbana. "Para a área rural, precisamos de apoio ao pequeno produtor e o incentivo à produção de alimentos, promovendo-se oportunidades de produção e geração de renda, juntamente com a mudança da base econômica rural e a interiorização de desenvolvimento urbano. A reforma agrária, fundamental nessa linha estratégica e programática, compreenderá a reestruturação fundiária e da política agrícola".

No domínio urbano, Sampaio defende a consolidação dos complexos industriais já instalados ou em implantação como o pólo petroquímico na Bahia, o de base em Sergipe, o Cloroquímico de Alagoas, o de Suape em Pernambuco, o químico-metalúrgico do Rio Grande do Norte, o terceiro pólo diversificado do Ceará e o siderúrgico no Maranhão, além de apoio à agroindústria, indústrias dinâmicas de ponta como informática, química fina e turismo.

Fogaça diz que sua proposta será aprovada

por Milton Wells
de Porto Alegre

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que foi o relator da Subcomissão do Poder Executivo, afirmou na sexta-feira, em Porto Alegre, que o sistema de governo que pôs em discussão e que chama de "neoparlamentarismo", deverá contar com o apoio de pelo menos 90% do plenário da Assembleia Constituinte. Ele afirmou que o presidencialismo só dá certo em regimes onde não existam conflitos ideológicos, como nos Estados Unidos. E sustentou que, num regime presidencial com Congresso forte, como defende o presidente José Sarney, os dois poderes acabam jogando-se um contra o outro, podendo paralisar o governo e a própria máquina administrativa.

"Assim foi com Jango em 1964, e com Jânio em 61", disse o senador, que citou o pensador alemão Max Weber para criticar o presidencialismo. "Num sistema como este, o Congresso forte acaba se tornando um antipoder, inibidor do Executivo".

Para Fogaça, o Brasil vem, desde o período de Ernesto Geisel, tentando consolidar a democracia, cuja transição se consumará apenas sob a égide do neoparlamentarismo. Pelo sistema proposto, Fogaça explicou que o presidente eleito como chefe de Estado permanecerá imune a eventuais quedas do chefe do governo, o primeiro-ministro.

"Sempre que há uma desconfiância em relação ao presidente da República no Brasil, acabam surgindo golpes de Estado para que seja substituído o chefe do governo, que coincide com o chefe de Estado", assinalou. "Mas, no parlamentarismo, como demonstram países como Itália, Portugal e outros, a queda sucessiva de gabinetes não implica crises institucionais".

A causa da crise de 64, conforme o senador, não foi a posse de João Goulart, mas justamente a mudança do sistema de governo. "O movimento de 64 não aconteceu por causa do parlamentarismo, mas justamente pela volta ao sistema presidencialista. Se Jango permanecesse apenas como chefe de Estado, talvez não tivéssemos tido a Revolução de 64."

PARTIDOS

Progressistas do PMDB vão reunir as bases

por Cecília Pires
de Brasília

Os organizadores do encontro das bases do PMDB nos próximos dias 4 e 5 de julho, em Brasília, deverão levar à convenção do partido, nos dias 18 e 19, um manifesto do grupo progressista, onde poderá constar a defesa de um mandato de 4 anos para o presidente Sarney e a proposta de rompimento do PMDB com o governo. "A ideia de romper, mantendo a transição, pois apoiamos 4 anos de mandato, como queria Tancredo Neves, já estava clara no documento de Cuiabá", confirmou o deputado Wilson Souza (PMDB-SC).

O documento a que se refere o deputado, elaborado por um grupo de cerca de quarenta parlamentares, do qual Wilson é um dos articuladores foi lançado na posse do ex-ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, na Prefeitura de Cuiabá, um ato que simbolizava o protesto daquela ala do PMDB contra os 5 anos de mandato pretendi-

dos por Sarney e um pré-lançamento da campanha pelas eleições presidenciais em 88. Este grupo, que se reúne, há cerca de 90 dias, passou a ser apelidado de "grupo socialista", dentro do próprio partido. Dele fazem parte, o senador Afonso Camargo, a deputada Cristina Tavares, relatora da Subcomissão de Informática, e os deputados Domingos Leonelli e Fernando Lyra, entre outros. No encontro das bases, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais deverão discutir a posição dos participantes com relação à conjuntura política, à Constituinte e com relação ao governo. Consta da pauta, ainda, a Nova República, a Aliança Democrática e o presidente Sarney. Segundo Wilson de Souza, "o presidente Sarney, que já foi instrumento da transição, fazendo alianças progressistas, quando optou por colocar Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, virou o eixo ideológico e fez uma aliança conservadora".

Brizola critica Plano Bresser e Constituinte

por Riomar Trindade
do Rio

"Corremos o risco de termos uma Constituição muito pior do que a ditadura militar em matéria de concessões aos interesses internacionais." A afirmação foi feita pelo ex-governador Leonel Brizola, sexta-feira, logo após encontro com o presidente do governo espanhol, no Hotel Caesar Park, no Rio. Brizola disse ter ficado "arrepiado" ao ler artigo do senador Severo Gomes (PMDB-SP), publicado na Folha de S. Paulo, no qual o parlamentar pedebista denuncia a articulação dos grupos conservadores para rejeitar o projeto do relator e aprovar um substitutivo na Comissão da Ordem Econômica da Assembleia Nacional Constituinte.

Brizola afirmou que o atual Congresso Constituinte "tem raízes que revelam seus compromissos, pois nasceu da campanha das diretas já e, portanto, seu grande compromisso, é marcar a data da eleição para presidente da República". O ex-governador fluminense criticou tam-

bém a inclinação da Constituinte para mudar o atual sistema de governo. "A adoção de um regime exótico, esdrúxulo, híbrido, debilita o direito de voto da população. Se não for mantido o presidencialismo, o povo saberá que o novo regime não passa de mais um casuísmo dos grupos que estão no poder para permanecer no poder", afirmou Brizola.

Brizola voltou a criticar o novo programa de estabilização da economia adotado pelo governo. "O Plano Bresser é uma reedição empalecida do Cruzado, sem pretensões de inflação zero, de eliminar a inflação por decreto, fórmula que arrepiou os organismos internacionais", disse, acrescentando: "Não ataca as causas de inflação, fica na superfície. Trata-se de uma dose de aspirina, que baixa a febre, elimina a dor por algum tempo, mas não resolve a doença". Na visão de Brizola, o programa de ajuste da economia não contém novidades. "É o refeitório do Fundo Monetário Internacional e não sou otimista quanto a seus resultados", afirmou.

Propostas das mulheres foram bem aceitas

Num balanço da campanha iniciada há quase dois anos e que incluiu a formação de um poderoso "lobby" no Congresso Nacional, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão do Ministério da Justiça, concluiu que cerca de 90% das propostas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte foram aprovadas no anteprojeto da Constituição, informa a Agência Globo.

Apesar da derrota não definitiva na questão do aborto, as mulheres obtiveram conquistas expressivas, como o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres ao pleno exercício da cidadania.

No capítulo da assistência social, alinharam-se conquistas como a licença remunerada às gestantes por período não inferior a 120 dias e a assistência pelo empregador aos filhos de até 6 anos.